



**Ela vai se
formar na
faculdade?**

**Ela vai se
formar em
qual faculdade?**

Não existem respostas
para o futuro.
Mas você pode escolher
as perguntas.

Faça agora seu
seguro de vida
e proteja o futuro
da sua família.

www.prudentialdobrasil.com.br



Prudential

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.
CNPJ nº 33.061.813/0001-40



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Senhores Acionistas

De acordo com a legislação vigente, incluindo os Pronunciamentos Contábeis Brasileiros (CPCs) aprovados pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CFC) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), enviamos as Demonstrações Financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. (Prudential do Brasil), relativas ao ano de 2016, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer Atuarial.

O ano de 2016 foi muito positivo para a companhia, apresentando um crescimento de 35,05% em termos do total de prêmios de seguros⁽¹⁾ com base nas práticas contábeis brasileiras BRGAAP (*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*), atingindo o montante de R\$ 1.340 milhões, comparado com o ano de 2015, sendo sua totalidade oriunda da comercialização de seguro de vida individual.

Com base em BRGAAP, a Prudential do Brasil apresentou no ano de 2016 um lucro líquido de R\$98,4 milhões, comparado ao lucro líquido de R\$ 121,3 milhões registrados no ano de 2015.

A base de segurados da Prudential do Brasil continua aumentando, chegando a mais de 329 mil apólices de seguro de vida individual em vigor em 31 de dezembro de 2016. Como consequência, também registrou um aumento expressivo de 36% no capital segurado⁽²⁾ em vigor, alcançando mais de R\$ 206 bilhões, comparado a 2015.

As aplicações financeiras da Prudential do Brasil ao final de 2016 foram da ordem de R\$ 2.547 milhões, investidas exclusivamente no Brasil. O perfil dessas aplicações busca minimizar os riscos da seguradora e de seus segurados.

MISSÃO E PARCERIA – O SUCESSO DE UM MODELO

A Prudential do Brasil oferece seguros de vida individual personalizados, com soluções adequadas às necessidades de proteção de cada família, por meio principalmente de corretores franqueados - designados **Life Planner** - provendo seus segurados com um alto padrão de qualidade e serviços de excelência.

O modelo de comercialização da Prudential do Brasil inclui, ainda, um processo prévio e cuidadoso de análise de subscrição, pelo qual é possível verificar a que fatores de risco o cliente está efetivamente exposto, além de obter informações sobre seu perfil financeiro, promovendo a tranquilidade do segurado ou dos beneficiários quando do pagamento do benefício e, ainda, a segurança financeira da Companhia.

Em 2016, os pagamentos dos benefícios contratados ocorreram em um prazo médio de apenas seis dias úteis. Essa média varia considerando o evento envolvido e o prazo é contado após todos os documentos serem **recebidos pela** seguradora.

Para obter mais informações sobre a Prudential do Brasil ou para solicitar a visita de um **Life Planner**, acesse o site www.prudential.com.br. A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. é uma subsidiária da Prudential Financial, Inc. Para obter mais informações, visite www.prudential.com.

PARCERIAS COMERCIAIS

O canal de Parcerias Comerciais da Prudential do Brasil iniciou suas atividades em 2013. O modelo firmado com as corretoras de seguros das empresas parceiras mantém conceitos essenciais da Prudential, como a venda baseada nas necessidades, com uma solução de proteção que combina coberturas para se ajustar à realidade de cada segurado, e o processo de subscrição de riscos. Esse canal encerrou o ano de 2016 com cinco grupos empresariais parceiros: Genial Seguros, Ourinvest, Guide Investimentos, XP Corretora de Seguros e o Canal Private do grupo Itaú.

COMPROMISSO COM A ÉTICA E CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

Nenhum objetivo de negócios será mais importante do que a fidelidade aos valores e princípios que são à base de nossa Companhia. A ética norteia as relações da Prudential tanto interna quanto externamente. Para isso, a seguradora disponibiliza para funcionários, prestadores de serviço, parceiros comerciais e corretores franqueados vários canais e ferramentas, a fim de manter um clima no qual todos ajam com coragem, integridade, honestidade e imparcialidade.

PRESENÇA NO PAÍS

A Prudential do Brasil tem 27 agências e dois escritórios comerciais localizados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e no Distrito Federal. O edifício-sede da seguradora fica no Rio de Janeiro. A Companhia conta ainda com duas filiais, uma no Nova América Corporate, zona norte do Rio de Janeiro, e outra em São Paulo, no bairro do Itaim Bibi.

RECURSOS HUMANOS

Reconhecimentos

O compromisso com a excelência e a busca por auxiliar seus funcionários a alcançar um equilíbrio satisfatório entre vida pessoal e profissional, levaram a Companhia a receber reconhecimentos.

Em 2016, a Seguradora participou pela sétima vez consecutiva da pesquisa promovida pela consultoria Great Place to Work® - Edição especial da revista Época, na qual foi classificada entre as 30 melhores Companhias para se Trabalhar no estado do Rio de Janeiro. E ainda, pelo 6º ano, ficou entre as 130 Melhores Empresas para se Trabalhar – Brasil.

Esses reconhecimentos destacam o bom gerenciamento de pessoal, o alto nível de satisfação e a confiança dos funcionários no ambiente de trabalho e no relacionamento entre seus profissionais.

COMPROMISSO SOCIAL

A Prudential do Brasil possui vários projetos de suporte a comunidades carentes, saúde de crianças, encorajamento do voluntariado e sustentabilidade. Um dos principais projetos é o International Volunteer Day (IVD) - um dia dedicado ao voluntariado oferecido por funcionários, corretores franqueados, prestadores de serviços, parceiros de negócios, clientes, familiares e amigos da Prudential do Brasil.

No dia 8 de outubro de 2016, por meio do IVD, a Prudential do Brasil reuniu voluntários para ajudar várias instituições que trabalham com crianças, adolescentes e idosos, levando melhores condições de vida para as pessoas atendidas pelas instituições.

Em 2016, o IVD contou com mais de dois mil voluntários nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Foram beneficiadas indiretamente cerca de 21 mil pessoas por meio das 34 instituições atendidas pelo projeto.

Idealizado com o objetivo de estimular o voluntariado entre os jovens estudantes, o Prêmio Prudential Espírito Comunitário foi criado em 1995 nos Estados Unidos pela Prudential Financial, Inc.

A edição 2016 do Prêmio Prudential Espírito Comunitário no Brasil recebeu 412 inscrições de alunos de 48 instituições de ensino. Desse total, 92% dos participantes são de escolas públicas do Rio de Janeiro e região metropolitana.

O primeiro lugar (medalha de ouro) recebe R\$ 10.000, o segundo (prata), R\$ 5.000, e o terceiro (bronze), R\$ 3.500 para doarem à instituição que desejarem. Os dois primeiros colocados também irão representar o Brasil na cerimônia internacional a ser realizada em Washington, nos EUA, em 2017.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a implantar o prêmio, que acontece também em outros sete países em que a Prudential Financial atua, incluindo China, Japão, Taiwan, Coreia, Irlanda e Índia, além da versão norte-americana.

PATROCÍNIOS

Em 2016, dando sequência a sua estratégia de exposição de marca, a Prudential do Brasil investiu em cultura ao patrocinar pela segunda vez o projeto **Jazz All Nights** e, pelo primeiro ano, realiza o Prudential Concerts.

Na área social o projeto contemplado com ação de patrocínio foi o Projeto Som + Eu.

PRUDENTIAL FINANCIAL, INC.: UMA DAS MAIORES INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO MUNDO

A Prudential Financial, Inc. (NYSE: PRU), líder em serviços financeiros nos EUA com mais de US\$ 1 trilhão de ativos sob sua gestão em 31 de dezembro de 2016, possui operações nos Estados Unidos, Ásia, Europa e América Latina. A Prudential Financial, através do talento e da diversidade de seus funcionários, está comprometida em ajudar clientes individuais e institucionais a crescer e proteger seu patrimônio através de uma variedade de produtos e serviços, incluindo seguro de vida, *annuities*, serviços relacionados a aposentadoria, fundos mútuos e *investment management*.

Nos Estados Unidos, o Rochedo, símbolo icone da Prudential, tem significado força, estabilidade, experiência e inovação há mais de 140 anos. Para obter mais informações, visite www.prudential.com.

AGRADECIMENTOS

A Prudential do Brasil agradece aos seus segurados, razão de sua missão e cuidado, por acreditarem na essencialidade do seguro de vida e por confiarem nos seus produtos de proteção diferenciada. A Superintendência de Seguros Privados (Susep), à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (CNSeg) e à Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), por todo o apoio recebido. Também agradece aos funcionários da Seguradora e prestadores de serviços, como reconhecimento pela dedicação e pelo esforço, fundamentais para o sucesso contínuo da Companhia. Agradece ainda, em particular, aos franqueados e demais parceiros comerciais, pela união de sucesso, dedicação e atenção demonstradas aos clientes.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2017.

Conselho de Administração e Diretoria

⁽¹⁾ Prêmios de Seguros (BRGAAP) = Prêmio Emitido de Seguro de Vida Individual - Cancelamento - Restituição - Desconto - Cosseguro Cedido + Cosseguro Aceito.

⁽²⁾ Capital Segurado considera Apólices Ativas de Seguro de Vida Individual, incluindo as coberturas para Morte Acidental e para Doenças Graves.

Life Planner® é a marca registrada da The Prudential Insurance Company of America para designar os Franqueados Corretores de Seguro de Vida.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
Circulante		1.033.276	756.015	Circulante		318.982	263.134
Disponível				Contas a pagar		180.406	151.573
Caixa e bancos	5	6.888	4.037	Obrigações a pagar	14	68.693	58.307
Aplicações financeiras	6	664.543	443.990	Impostos e encargos sociais a recolher		7.715	4.477
Títulos de renda fixa		19.096	200.428	Encargos trabalhistas		7.413	6.183
Quotas de fundos de investimento exclusivo		645.447	243.562	Impostos e contribuições	15	96.584	82.606
Créditos das operações com seguros e resseguros		101.028	74.611	Débitos das operações com seguros e resseguros		9.458	15.279
Prêmios a receber	7	96.722	66.928	Operações com resseguradoras		7.490	11.277
Operações com resseguradoras		4.306	7.683	Outros débitos operacionais		1.968	4.002
Ativos de resseguros - provisões técnicas	8	15.951	12.636	Depósito de terceiros	16	5.897	5.232
Títulos e créditos a receber		45.265	75.014	Provisões técnicas - seguros	19	123.222	91.050
Créditos tributários e previdenciários	10(a)	44.211	73.381	Danos		7.012	4.933
Outros créditos	11(a)	1.054	1.633	Pessoas		35.910	26.580
Empréstimos e depósitos compulsórios		3.937	3.125	Vida individual		63.703	45.689
Despesas antecipadas		2.405	3.424	Vida com cobertura por sobrevivência		16.597	13.848
Custos de aquisição diferidos				Não circulante		2.616.162	1.937.311
Seguros e resseguros	9	193.258	139.178	Contas a pagar			
Não circulante		2.454.092	1.889.292	Obrigações a pagar	14	403	372
Realizável a longo prazo		2.404.318	1.846.104	Provisões técnicas - seguros	19	2.393.069	1.801.873
Aplicações financeiras	6	1.882.721	1.469.694	Pessoas		51.004	37.371
Títulos de renda fixa		129.493	131.625	Vida individual		1.995.298	1.471.285
Quotas de fundos de investimento exclusivo		1.754.907	1.343.453	Vida com cobertura por sobrevivência		346.767	293.217
Redução ao valor recuperável		(1.679)	(5.384)	Outros débitos			
Títulos e créditos a receber		344.853	246.089	Provisões judiciais	17	222.690	135.066
Assistência financeira a participantes	11(b)	86.814	74.494	Patrimônio líquido	21	552.223	444.863
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	88.617	67.361	Capital social		259.150	259.150
Depósitos judiciais e fiscais	12	160.204	94.633	Aumento de capital em aprovação		35.068	–
Outros créditos operacionais	11(b)	9.218	9.601	Reserva de capital		562	562
Custos de aquisição diferidos				Reservas de lucros		293.257	224.444
Seguros e resseguros	9	176.744	130.321	Ajustes com títulos e valores mobiliários		(35.814)	(39.293)
Investimentos		–	–	Total do passivo e patrimônio líquido		3.487.367	2.645.308
Outros investimentos		1.599	1.599				
Redução ao valor recuperável		(1.599)	(1.599)				
Imobilizado	13	49.774	43.189				
Bens imóveis		7.494	7.642				
Bens móveis		26.864	23.899				
Outras imobilizações		15.416	11.648				
Total do ativo		3.487.367	2.645.308				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONTINUA

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
	Nota	2016	2015		2016	2015
Prêmios emitidos líquidos		1.340.132	992.356	Atividades operacionais		
Variações das provisões técnicas de prêmios		(775.704)	(542.036)	Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	1.405.574	1.066.304
Prêmios ganhos	22	564.428	450.320	Outros recebimentos operacionais (Salvados, Ressarcimentos e outros).....	11.868	1.692
Sinistros ocorridos	23(a)	(90.789)	(84.790)	Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(581.584)	(416.237)
Custos de aquisição	23(b)	(229.458)	(133.260)	Repasse de prêmios por cessão de riscos	(16.613)	(9.558)
Outras receitas e despesas operacionais.....	23(c)	1.745	(8.810)	Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(12.279)	(9.268)
Resultado com resseguro	23(d)	(15.697)	(8.251)	Pagamentos de despesas e obrigações.....	(226.476)	(187.819)
Receita com resseguro		18.866	15.978	Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(527)	(198)
Despesa com resseguro		(34.563)	(24.229)	Outros pagamentos operacionais	(3.235)	(2.560)
Despesas administrativas.....	23(e)	(340.401)	(279.812)	Constituição de depósitos judiciais.....	(31.779)	(13.106)
Despesas com tributos	23(f)	(48.461)	(45.231)	Resgates de depósitos judiciais	244	786
Resultado financeiro	23(g)	378.766	329.235	Pagamentos de participações nos resultados	(14.392)	(10.433)
Resultado operacional		220.133	219.401	Caixa gerado pelas operações	530.801	419.603
Ganhos (perdas) com ativos não correntes.....	23(h)	456	691	Impostos e contribuições pagos	(164.332)	(177.328)
Resultado antes dos impostos e participações		220.589	220.092	Investimentos financeiros		
Imposto de renda.....	18	(51.931)	(52.182)	Aplicações	(847.052)	(887.901)
Contribuição social	18	(50.148)	(33.526)	Vendas e resgates	502.244	665.915
Participações sobre o resultado		(20.075)	(13.020)	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	21.661	20.289
Lucro líquido do exercício		98.435	121.364	Atividades de investimentos		
Média ponderada do número de ações em circulação.....		767	767	Pagamento pela compra de ativo imobilizado	(19.111)	(17.157)
Lucro líquido por ação atribuído aos acionistas - básico e diluído - R\$	21(d)	<u>128.337,68</u>	<u>158.232,07</u>	Recebimento pela venda de ativo imobilizado	301	655
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(18.810)	(16.502)
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.851	3.787
		2016	2015	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.037	250
Lucro líquido do exercício		98.435	121.364	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	6.888	4.037
Outros componentes do resultado abrangente				Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.851	3.787
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				Ativos livres no início do exercício	39.074	18.036
Ajustes de títulos e valores mobiliários.....		6.167	(1.187)	Ativos livres no final do exercício	52.421	39.074
Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes (45%).....		(2.688)	772	Aumento nas aplicações financeiras - recursos livres	13.347	21.038
		3.479	(415)	Conciliação entre o lucro líquido do exercício e o caixa líquido gerado nas atividades operacionais		
Total do resultado abrangente do exercício		101.914	120.949	Atividades operacionais		
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				Lucro líquido do exercício	98.435	121.364
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)				Ajustes por:		
				Depreciações e amortizações	11.719	6.149
				Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(22.863)	(15.333)
				Receita com aplicações financeiras	(284.342)	(259.867)
				Prejuízo com venda de títulos.....	1.736	1.736
				Resultado na venda de ativos permanentes	490	542
				Outros - resultado não operacional	15	12
					(194.810)	(145.397)
				Variações de ativos e passivos		
				Créditos das operações com seguros e resseguros.....	(26.417)	(2.648)
				Ativos de resseguro	(3.315)	(4.622)
				Títulos e créditos a receber	(48.840)	(89.610)
				Empréstimos e depósitos compulsórios	(812)	(660)
				Despesas antecipadas	1.019	(2.175)
				Custos de aquisição diferidos.....	(100.503)	(82.744)
				Contas a pagar	198.643	224.217
				Débitos de operações com seguros e resseguros	(5.821)	11.004
				Depósito de terceiros	665	(1.038)
				Provisões técnicas - seguros	623.368	461.861
				Outros passivos contingentes.....	87.624	51.415
				Caixa gerado pelas operações	530.801	419.603
				Impostos e contribuições pagos	(164.332)	(177.328)
				Investimentos financeiros		
				Aplicações	(847.052)	(887.901)
				Vendas e resgates	502.244	665.915
				Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	21.661	20.289
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)										
Nota	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital		Reservas de lucro		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados		
			Doações e subvenções	Pagamentos minoritários	Reserva legal	Reserva estatutária			Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2015	259.150	-	599	(37)	6.595	104.499	(38.878)	-	331.928	-
Dividendos revertidos por decisão dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31 de março de 2015.....	21 (e)	-	-	-	-	20.810	-	-	20.810	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	21 (c)	-	-	-	-	-	(415)	-	(415)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	121.364	121.364	-
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reserva legal		-	-	-	6.068	-	-	(6.068)	-	-
Constituição de reserva estatutária		-	-	-	-	86.472	-	(86.472)	-	-
Dividendos propostos	21 (f)	-	-	-	-	-	-	(28.824)	(28.824)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	259.150	-	599	(37)	12.663	211.781	(39.293)	-	444.863	-
Dividendos revertidos por decisão dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 2016	21(e)	-	-	-	-	28.824	-	-	28.824	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	21(c)	-	-	-	-	-	3.479	-	3.479	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	98.435	98.435	-
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reserva legal		-	-	-	4.922	-	-	(4.922)	-	-
Constituição de reserva estatutária		-	-	-	-	35.067	-	(35.067)	-	-
Dividendos propostos	21 (f)	-	-	-	-	-	-	(23.378)	(23.378)	-
Aumento de capital proposto	21(a)	-	35.068	-	-	-	-	(35.068)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	259.150	35.068	599	(37)	17.585	275.672	(35.814)	-	552.223	-
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.										

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., denominada “Seguradora”, “Companhia” ou “Prudential do Brasil”, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objetivo social a exploração das operações de seguros de pessoas e de danos, em quaisquer das suas modalidades, tais como definidas na legislação em vigor, operando nos principais centros econômicos do País. A Seguradora atua, preponderantemente, nas operações do ramo Vida Individual. Com o advento da Circular SUSEP nº 395, de 31 de dezembro de 2010, os ramos de Seguros de Pessoas Individual em que a Seguradora opera foram classificados como: vida, acidentes pessoais, doenças graves, dotal misto e dotal puro. A composição acionária da Prudential é de 99,60% da Pruserviços Participações Ltda. e de 0,4% pertencentes a 3 (três) acionistas minoritários, todos membros do Conselho de Administração. Sediada no Rio de Janeiro, a Prudential do Brasil está presente em 8 cidades brasileiras e no Distrito Federal, por meio de suas 27 agências e 2 escritórios (base 31 de dezembro de 2016), os quais operam nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Ribeirão Preto, Belo Horizonte, Nova Lima, Uberlândia, Porto Alegre e Curitiba. Os membros do Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2017, aprovaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, assim como recomendaram sua aprovação à Assembleia Geral da Companhia, a ser realizada no dia 31 de março de 2017. Os membros do Comitê de Auditoria revisaram as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, tendo emitido opinião sem ressalvas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais da Seguradora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas

são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi elaborada pelo método direto e com a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme determinado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, considerando as características dos ativos financeiros da Seguradora, incluem o dinheiro em caixa, inclusive em dólar, contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses.

2.3. Ativos financeiros

(a) Classificação

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda em curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

• Títulos disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

• Mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao “valor justo através do resultado” são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como “disponíveis para venda” são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como “Resultado financeiro”.

Os títulos classificados como “mantidos até o vencimento”, que são contabilizados pelo método do custo amortizado, quando são vendidos ou sofrem perda (*impairment*) tem suas perdas ou ganhos realizados contabilizados diretamente no resultado.

(c) Impairment de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado e disponíveis para venda

A Seguradora avalia mensalmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e se aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

• Ativos financeiros com 20% ou mais de perda não realizada durante 6 meses consecutivos;

• Ativos financeiros com 50% ou mais de perda não realizada em qualquer período;

• Ativos financeiros com consistente perda não realizada por pelo menos 1 ano;

• Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

Adicionalmente, a Seguradora considera que um ativo financeiro está deteriorado, se tal ativo se encontra em algumas das situações descritas acima e a mesma tem a intenção de vender esse ativo ou entende que o mesmo não recuperará seu valor de custo amortizado até a data do vencimento. A provisão para riscos sobre créditos é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. No caso de prêmios a receber, essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada. Ainda para prêmios a receber, a provisão deve ser constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor. Portanto, a provisão deverá incluir todos os valores devidos pelo mesmo devedor, independentemente de incluírem valores a vencer. A provisão para riscos sobre créditos para ativos de resseguros e cosseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 365 dias da data do vencimento do crédito. Mediante avaliações, a Seguradora entende que a provisão para riscos sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

CONTINUA

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado através dos procedimentos descritos acima (vide Nota 6 (g)).

2.4. Custos de aquisição diferidos

Desde 2001, a apropriação da comissão para o ramo vida é efetuada com base no prazo médio de permanência do Segurado (36 meses).

2.5. Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da pulverização de riscos. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro com os resseguradores. A avaliação é realizada consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro.

Para ativos de resseguros, a Prudential opera com resseguradoras locais, consequentemente, não há evidências objetivas de *impairment*. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência dos contratos não exime as obrigações para com os segurados.

2.6. Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Os saldos em moeda estrangeira, oriundos de operações com seguros realizadas com o IRB - Brasil Resseguros S.A., foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data do balanço.

A Seguradora constitui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que apresentam perspectivas de realização, de acordo com projeções da administração.

Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências em razão do plano contábil da SUSEP não contemplar essa reclassificação e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.7. Contratos de seguro

Conforme disposto no CPC 11, os contratos emitidos podem ser classificados como contratos de investimento ou contratos de seguro. Um contrato que assume apenas o risco financeiro ou que não transfere risco significativo é classificado como contrato de investimento e avaliado segundo o CPC 38. Já um contrato que transfere um risco de seguro significativo, aceitando indenizar o segurado se um evento específico, futuro e incerto afetá-lo adversamente, é classificado como um contrato de seguro e avaliado segundo o CPC 11. Os contratos de resseguro também são classificados como tipos de contrato de seguro, devido à sua natureza de transferência de risco de seguro.

A Seguradora procedeu à análise de seus negócios e determinou que suas operações são caracterizadas como contratos de seguro, na sua totalidade, segundo orientações contidas no CPC 11 e Carta-Circular SUSEP/DITEC/CGSOA nº 001/2015, assim como os contratos de resseguro mantidos pela Seguradora.

2.7.1. Avaliação de passivos originados de contratos de seguro

Segundo o CPC 11, a Seguradora contou com a isenção de utilizar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BRGAAP (políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil relacionadas adiante) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização dessa isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como a avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas aplicáveis. A Seguradora não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa) já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda segundo o CPC 38 que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro segundo o seu GAAP anterior, ou BRGAAP. A Seguradora não identificou provisões para catástrofes não permitidas segundo o CPC 11, na data de adoção do mesmo.

Nos principais produtos da Seguradora, foram utilizadas Tábuas Biométricas masculinas e femininas devidamente reconhecidas e aprovadas pela legislação vigente, e que representam a melhor estimativa de mortalidade e de sobrevivência para a massa segurada.

Combinadas a essas Tábuas, foram utilizadas, conforme legislação vigente, taxas de juros limitadas a 6% ao ano, além de taxas de carregamento que variam em função da idade e do sexo do segurado, respeitados os limites previstos em lei para os produtos de sobrevivência, taxas estas condizentes com as despesas administrativas e de comercialização da empresa.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), com base nas legislações vigentes aplicáveis às sociedades seguradoras (Resolução CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores) descritas a seguir:

Seguros de Pessoas, Vida Individual e

Vida com Cobertura por Sobrevivência

(i) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

O cálculo da PPNG deve ser efetuado *"pro rata die"*, tomando por base a razão entre o período a decorrer e o período total da cobertura de risco pelo prêmio comercial no mês de constituição de todos os contratos de seguros vigentes. No período entre emissão e início de vigência do risco, o cálculo considera que o período a decorrer é igual ao período total da cobertura de risco.

(ii) Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE é uma estimativa constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. Tal estimativa utiliza como base de cálculo os percentuais definidos na Circular SUSEP nº517/15, aplicados sobre o prêmio comercial do mês de referência ou sobre a PPNG do mês de referência, para cada ramo específico.

(iii) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da sociedade seguradora, devendo contemplar, quando necessário, os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), se for o caso.

(iv) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo por metodologia de triângulo trimestral de *run-off*, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.

(v) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)

A PMBaC abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os segurados, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. É calculada mensalmente para as apólices em vigor, em função da idade e do sexo do segurado, do capital segurado e da periodicidade de pagamento dos prêmios, para fazer face aos compromissos da Seguradora com seus segurados antes do pagamento do benefício.

(vi) Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)

A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora receptora.

(vii) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)

Corresponde ao valor atual dos benefícios futuros cujo evento gerador tenha ocorrido. É calculada conforme Nota Técnica Atuarial protocolada na SUSEP.

(viii) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme Nota Técnica Atuarial.

(ix) Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF é financeiramente constituída conforme condições gerais das apólices, abrangendo os valores destinados à distribuição de dividendos, quando houver, assim como a sua atualização monetária, quando ainda não pagos.

(x) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC é constituída se o resultado do Teste de Adequação de Passivos for positivo.

Seguros de Danos

(i) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora, devendo contemplar os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), se for o caso.

(ii) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo.

Teste de Adequação do Passivo (TAP ou LAT - Liability Adequacy Test)

O CPC 11 introduziu o conceito de Teste de Adequação do Passivo, que consiste na avaliação do passivo da Seguradora. São consideradas estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro com certas provisões técnicas líquidas do ativo referente aos custos capitalizados exclusivamente relacionados com tais contratos. As regras e os procedimentos para a realização do teste foram instituídos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Esse teste é efetuado semestralmente e, em caso de deficiência, o valor é reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). No fluxo de caixa, a Seguradora considera, dentre outras, as despesas administrativas aloáveis e incrementais, despesas de gestão de sinistros (alocáveis ou não aloáveis diretamente), bônus e despesas de comercialização incidentes sobre os prêmios futuros dos contratos em vigor até a data de término da vigência; e utiliza tábuas e taxas de desconto baseadas no mercado. Também estão previstas, no fluxo de caixa, as renovações dos contratos em vigor. As provisões consideradas no teste para seguros de pessoas, vida individual e vida com cobertura por sobrevivência são a PMBaC, PMBC, PPNG, PPNG-RVNE e PDR.

As premissas utilizadas são:

- A estimativa corrente deve refletir o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros. Para tal deverão ser consideradas hipóteses atuais, realistas e não viesadas para cada variável aleatória no cálculo atuarial dos fluxos de caixa futuro, tais como hipóteses econômicas, demográficas, atuariais e catastróficas. Na realização destes testes, a Seguradora utilizou premissas correntes para projetar os fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. As premissas de mortalidade e de sobrevivência adotadas são as constantes nas tábuas brasileiras BR. Foi utilizada pela Seguradora a estrutura a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP referente ao IGP-M e pela ANBIMA referente ao IPCA.
- O teste é realizado no nível mínimo de agrupamento de contratos, instituído pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, correspondendo a 30 grupos. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os tipos de contrato e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

- O teste é bruto de resseguro, portanto, sua deficiência pode ser dividida entre seguradora e resseguradora, caso esteja relacionada ao contrato de resseguro. Em contrapartida aos ajustes das provisões para reconhecimento de deficiências, aumenta-se o valor dos ativos de resseguro.
- O fluxo considera as seguintes linhas: sinistros e benefícios a ocorrer; contribuições e prêmios futuros de contratos vigentes não considerados na provisão de prêmio; **despesas** administrativas; despesas de gestão de sinistros (alocáveis e não-alocáveis); **despesas** de comercialização (aquelas incidentes sobre prêmios futuros não considerados na provisão de prêmio).
- Para seguros de curto e longo prazos os **fluxos** foram projetados com base em métodos determinísticos.

Caso o valor presente dos fluxos de caixa futuros seja superior aos passivos definidos em norma específica, líquidos dos custos diferidos de aquisição e dos ativos intangíveis, é necessário reconhecer a perda imediatamente e ajustar provisões já existentes na data do teste.

Os riscos originados pelos contratos de seguro mantidos pela Seguradora decorrem de eventos de morte por qualquer causa, morte acidental, sobrevivência, invalidez, doenças graves e internação hospitalar. Tais eventos são específicos, futuros e incertos e por estes motivos requerem análises de premissas que precisam ser consideradas na constituição dos passivos da Seguradora.

O resultado do teste de adequação de passivo realizado para a data de 31 de dezembro de 2016 e 2015 demonstrou que não há necessidade de ajustar provisões.

2.8. Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para perdas consideradas permanentes pela administração.

2.9. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação, pelo método linear, tendo como base taxas que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens, descritas na Nota 13(a).

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelos CPCs como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível em que a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.11. Passivos financeiros

(a) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos e as contribuições são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. Sendo assim, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% nos meses em que a Seguradora apurou lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro à alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20% de setembro de 2015 a dezembro de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido for realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for liquidado.

2.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.15. Políticas contábeis de reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- A apropriação dos prêmios e comissões ao resultado, deduzidos dos cancelamentos, restituições e resseguros, de acordo com o prazo de vigência das apólices. Desde 2001, a apropriação da comissão para o ramo vida é efetuada com base no prazo médio de permanência do segurado (36 meses).
- As receitas e despesas de prêmios, comissões, indenizações, provisões técnicas, outras receitas e despesas, referentes às operações de retrocessão, que são apropriadas mensalmente com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A..
- A participação dos funcionários, de acordo com as metas estipuladas pela administração da Seguradora, acrescida dos valores estabelecidos na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria.
- O imposto sobre operações financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio.
- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de



Prudential

seguros

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros ou passivos atuariais da Seguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas, assim como indicadores que possam influenciar as tomadas de decisão da administração e dos atuários, para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros, para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, em conformidade com as Condições Gerais/Regulamentos e Notas Técnicas Atuariais protocoladas/aprovadas na SUSEP.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente, em datas futuras, para o pagamento das obrigações devidas. Como se trata de valores provisionados, estes representam estimativas.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas às provisões técnicas, principalmente aos sinistros judiciais, uma vez que experiências passadas e indicadores podem não refletir a realidade de decisões judiciais.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras individuais, em conformidade com os CPCs. Consequentemente, o processo utilizado pela administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a avaliação do Departamento Jurídico e dos Consultores Legais externos a partir de uma análise individualizada e efetua a provisão para os processos classificados como prováveis. Para os processos cíveis e trabalhistas classificados como perda remota ou razoavelmente possível, não é registrada provisão.

Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

Conforme requerido pelo CPC, a Seguradora aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de *impairment* para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados e créditos a receber de concessões de empréstimo a clientes.

(d) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis.

4. Estrutura de gerenciamento de risco

A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. dispõe de mecanismos operacionais de governança concentrados na eficácia das suas operações, na fidelidade do seu sistema de informações e na conformidade às regras e leis vigentes. Estes mecanismos estão alinhados às políticas internas do Grupo Prudential Financeira e têm sua aplicação garantida pelos gestores executivos da Companhia.

Mecanismo de extrema relevância para a definição da estratégia da Companhia, a gestão de riscos é parte integrante da cultura da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.. Há na Companhia uma Vice-Presidência de Riscos responsável pela identificação e avaliação dos riscos, assim como um Comitê de Gerenciamento de Riscos (CGR) que tem como principal finalidade o alinhamento da estratégia da Companhia ao seu apetite por risco por meio de avaliações e *follow-ups* periódicos. Este comitê é composto pelo Presidente, Vice-Presidente de Operações, Vice-Presidente Financeiro, *Chief Risk Officer* (CRO), Auditoria Interna, *Compliance*, entre outros. Uma equipe exclusivamente dedicada ao gerenciamento de riscos atua na revisão contínua das matrizes de riscos e auxilia os gestores da Companhia na identificação e avaliação de riscos.

4.1. Descrição dos riscos nas operações

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de riscos: seguro, crédito, liquidez, mercado e capital.

4.1.1. Gestão de risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e em que haja incerteza sobre a frequência e o valor do benefício/indenização resultante dos eventos cobertos.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora tem a obrigação de pagar um benefício adicional significativo aos seus segurados, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é incerto e, consequentemente, sujeito a oscilações.

Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros.

Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios pagos aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos.

A experiência demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa a que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação e pulverização de riscos e uma política de resseguro que considera resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

(a) Estratégia de subscrição

A estratégia de subscrição objetiva a emissão do maior número possível de apólices, mantendo o índice de riscos da Seguradora em uma faixa aceitável para propiciar lucro e sua solvência, garantindo a qualidade dos serviços aos Clientes e aos Franqueados, a nível nacional, conforme as normas técnicas da Prudential do Brasil, Prudential International e os parâmetros e prazos legais estabelecidos pelos órgãos reguladores do mercado segurador.

A política de aceitação de riscos abrange os riscos de mortalidade e morbidade apresentados pelos segurados potenciais visando atribuir a estes as categorias apropriadas do risco de acordo com as normas e diretrizes da Seguradora, sob a ótica da Medicina do Seguro e da Subscrição de Riscos, determinando o valor correto dos prêmios para cada segurado ou a não aceitação dessas propostas.

Para mitigar o risco de a Seguradora ser envolvida em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro e fraude e outros ilícitos semelhantes, esta faz uma análise de risco prévio (*Underwriting*), com base nas informações indicadas nas propostas de contratação apresentadas pelos franqueados *Life Planner*.

As apólices de seguros de vida da Prudential do Brasil são emitidas com base em evidências médicas e outros dados de segurabilidade, tais como renda, esportes e *hobbies*, profissão, uso de álcool/fumo, visando determinar se um responsável pelo pagamento (potencial segurado) apresenta ou não um risco aceitável.

Essa atividade visa à manutenção do equilíbrio financeiro da Seguradora, buscando identificar riscos que estão além da capacidade da Seguradora de absorvê-los, e evitá-los.

(b) Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessão ou transferência aos resseguradores da parte do capital segurado que exceda ao limite de retenção da Seguradora ou que representa o percentual de quota parte ressegurada.

Os contratos de resseguro englobam os seguintes riscos: doenças graves, morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente e parcial por acidente, diária de internação hospitalar e perda de autonomia pessoal. Tais contratos apresentam cláusulas que fazem com que os resseguradores nos acompanhem nos principais riscos e coberturas garantidas nos produtos da Prudential.

No caso de riscos de catástrofes, a Seguradora possui outro contrato vigente. Entretanto, até a data de divulgação do balanço não foi identificado a ocorrência de sinistros a recuperar.

Historicamente, a necessidade de acordos de resseguro de excesso de responsabilidade com limites de retenção conservadores se faz necessária

CONTINUAÇÃO

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40



Prudential

em todo e qualquer início de operação para estabelecer uma base forte, controlando, dessa forma, a volatilidade dos resultados causada pela flutuação inevitável da experiência de mortalidade e morbidade. Outra importante finalidade envolvida na estratégia de resseguro da Seguradora é a utilização/transfêrencia do conhecimento dos resseguradores no desenvolvimento de novos produtos, precificação, subscrição e regulação de sinistros.

A Seguradora mantém estudos constantes para análise do valor do limite de retenção e do percentual de quota parte ressegurada, com o objetivo de manter o equilíbrio entre o risco assumido e o risco transferido para os resseguradores.

(c) Casamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê de Investimentos, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

(d) Gerenciamento de risco por segmento de negócios

A Seguradora opera predominantemente com seguro de pessoas. O monitoramento da carteira é realizado considerando as seguintes ferramentas: (i) análises de sensibilidade; (ii) análise de subscrição; (iii) acompanhamento de sinistralidade; (iv) monitoramento de lucratividade; (v) casamento de ativos e passivos.

(e) Seguros de vida

O seguro de vida é de natureza de longo prazo, e por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos do investimento, despesas, taxas de mortalidade e persistência em relação às políticas vigentes para cada unidade de negócios. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa, longevidade e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do previsto. Isso porque alguns produtos pagam se a pessoa morre, outros produtos pagam quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo.

- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas podem fazer com que menos apólices/contratos de seguros permaneçam contratados em vigor para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto em todos os tipos de produtos.

- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores como níveis de persistência e despesas de administração.

	Resultado dos testes de sensibilidade
Teste de sensibilidade	Bruto de resseguro
Redução de juros em 1,5% ao ano.....	9

(g) Limitações da análise de sensibilidade

Os testes de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da administração de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

(h) Concentração de riscos

A carteira da Seguradora é composta por seguros de pessoas individuais. A análise da concentração se baseia na cobertura segurada. Nesse sentido, as concentrações são definidas por tipo de evento para os principais ramos de atividade da Seguradora (vida e invalidez) e pouca oscilação de concentração entre os períodos analisados.

	Percentual do capital segurado	
Ramo	2016	2015
Vida	28,64	29,41
Dotal misto	0,54	0,60
Dotal puro	0,13	0,16
Invalidez por acidente	29,02	30,01
Invalidez por acidente (parcial)	17,36	15,41
Morte acidental	12,05	12,27
Doenças graves	12,06	11,98
Diária por internação hospitalar	0,01	0,01
Assistência funeral	0,19	0,15
	100,00	100,00
	Percentual do capital ressegurado	
Ramo	2016	2015
Vida	23,46	21,63
Dotal misto	0,20	0,20
Invalidez por acidente	21,97	21,82
Invalidez por acidente (parcial)	0,34	–
Morte acidental	1,42	1,59
Doenças graves	52,54	54,68
Diária por internação hospitalar	0,07	0,08
	100,00	100,00

A Seguradora possui uma política de análise de risco prévia (subscrição), visando mitigar os riscos de concentração. Esta análise é realizada de forma mais criteriosa considerando o valor do capital segurado por vida. Outra forma

- Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

- O seguro de acidentes inclui, entre outros, riscos de mortalidade, morbidade e taxa de juros resultantes dos contratos de seguro de acidentes e saúde. Além dos riscos específicos listados acima, todas essas linhas de negócio expõem a Seguradora a riscos de vencimento, resgate e despesas. Determinados contratos de seguro de vida contêm garantias para as quais foram registradas obrigações referentes a benefícios adicionais e garantias mínimas.

Os riscos de seguro de vida individual são gerenciados da seguinte forma:

- Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro.

- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente em que a Seguradora opera. A administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A administração utiliza estratégias de resseguro para reduzir os riscos da longevidade quando possível e desejável.

- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência em comparação com as informações do mercado. A administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar a retenção de apólices que possam preservar.

- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

As provisões técnicas de benefícios a conceder e concedidos correspondentes aos ramos do seguro de vida têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras conforme premissas previstas nas apólices/contratos de seguros, e são calculadas com base em métodos atuariais definidos em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente aprovadas pela SUSPE.

(f) Resultados do teste de sensibilidade

Os testes de sensibilidade realizados pela Seguradora no Teste de Adequação de Passivos consistiram em demonstrar o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas uma única variável.

Conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as variáveis estudadas foram: índice de conversibilidade, taxas de juros e longevidade (frequência e severidade), com o intuito de avaliação de premissas, com base em análises, para compor os testes de sensibilidade.

Os estudos citados acima poderiam demonstrar maior relevância de impacto para as variáveis: taxas de juros e longevidade. O índice de conversibilidade da Seguradora demonstra histórico baixo de ocorrência, o que culmina em uma tendência de baixa constante, pelo fato da maioria dos beneficiários optarem pelo pagamento de benefício de forma única.

Dessa forma, foram utilizadas pela administração da Seguradora nos testes de sensibilidade apenas as variáveis de alta relevância, que são: redução e aumento de 1,5% ao ano nas taxas de juros e redução e aumento de 10% ao ano nas incidências de mortalidade e de invalidez.

Após a conclusão desses testes, concluímos pela suficiência das provisões da Seguradora frente ao valor presente dos fluxos de caixa projetados, considerando os cenários de variáveis hipotéticas citados acima, exceto no cenário de redução de 1,5% ao ano nas taxas de juros, para o qual os efeitos em resultado e patrimônio líquido na data do balanço são:

	Resultado dos testes de sensibilidade	Efeito no resultado	Efeito no patrimônio líquido
	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Redução de juros em 1,5% ao ano.....	9	(9)	(9)

de mitigação do risco é a adoção de uma política de resseguro que determina limites por tipo de contrato de seguro.

(i) Concentração de riscos por área geográfica

A Seguradora possui seus riscos concentrados principalmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, conforme pode ser observado nas tabelas abaixo, onde a concentração é apresentada por ramo. Os demais estados do país, bem como o Distrito Federal, são considerados na categoria Outros.

	2016						
Ramo	MG	SP	RJ	PR	RS	Outros	Total
Vida	29,18	35,58	9,10	8,12	6,89	11,13	100,00
Dotal misto	0,54	0,60	0,13	0,16	0,19	0,15	100,00
Dotal puro	31,95	40,54	9,08	10,09	5,39	2,95	100,00
Invalidez por acidente	29,18	35,58	9,10	8,12	6,89	11,13	100,00
Invalidez por acidente (parcial)	26,89	35,06	9,44	8,50	6,89	12,22	100,00
Morte acidental	27,40	34,43	8,86	10,29	7,88	11,14	100,00
Doenças graves	33,63	31,27	8,93	7,68	6,13	12,36	100,00
Diária por internação hospitalar	22,77	36,65	9,99	7,31	8,10	15,18	100,00
Assistência funeral	20,74	38,52	7,96	13,26	5,06	14,46	100,00

(ii) Concentração de riscos por moeda

A Seguradora possui todos os valores de seus seguros expressos em moeda corrente nacional.

4.1.2. Gestão de riscos financeiros

A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (*Asset Liability Management* - ALM), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico em que são conduzidos os negócios da Seguradora e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada com os requerimentos de análise exigidos pelos CPCs e com o conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias:

- (a) Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira.

- (b) Risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras da Seguradora.

- (c) Risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

A política de gestão de riscos da Seguradora tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo esta política, a Seguradora busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável ao invés de concentrar exposições a fatores de riscos que possam destruir o valor dos negócios.

A Seguradora utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do

impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. Seus resultados são utilizados no processo de planejamento e decisão e também na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

4.1.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora.

A administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito sejam gerenciados e controlados dentro das políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não possuem *rating* de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, a administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos. Entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas antes da Seguradora adquirir certos ativos, e restrições são colocadas sobre as áreas operacionais, para limitar a exposição ao risco de crédito, em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam *rating* de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e ativos de resseguro detidos pela Seguradora distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*. Os ativos classificados na categoria “sem *rating*” compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

	AAA (Fitch - Escala Nacional)	AA	Sem rating	Saldo contábil
Composição da carteira por classe e por categoria contábil				
Ao valor justo através do resultado				
Ativos pós-fixados				
Privados	2.400.354	–	–	2.400.354
Disponíveis para venda				
Ativos pós-fixados				
Privados	41.146	105.764	–	146.910
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa ..	–	–	6.888	6.888
Operações de crédito	–	–	90.751	90.751
Prêmios a receber de segurados ..	–	–	96.722	96.722
Ativos de resseguro	–	–	15.951	15.951

Exposição máxima ao risco de crédito

	AAA (Fitch - Escala Nacional)	AA	Sem rating	Saldo contábil
Composição da carteira por classe e por categoria contábil				
Ao valor justo através do resultado				
Ativos pós-fixados				
Privados	1.587.015	–	–	1.587.015
Disponíveis para venda				
Ativos pós-fixados				
Privados	285.619	41.050	–	326.669
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa ...	–	–	4.037	4.037
Operações de crédito	–	–	77.619	77.619
Prêmios a receber de segurados ..	–	–	66.928	66.928
Ativos de resseguro	–	–	12.636	12.636

Exposição máxima ao risco de crédito

	AAA (Fitch - Escala Nacional)	AA	Sem rating	Saldo contábil
Composição da carteira por classe e por categoria contábil				
Ao valor justo através do resultado				
Ativos pós-fixados				
Privados	1.587.015	–	–	1.587.015
Disponíveis para venda				
Ativos pós-fixados				
Privados	285.619	41.050	–	326.669
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa ...	–	–	4.037	4.037
Operações de crédito	–	–	77.619	77.619
Prêmios a receber de segurados ..	–	–	66.928	66.928
Ativos de resseguro	–	–	12.636	12.636

Exposição máxima ao risco de crédito

	AAA (Fitch - Escala Nacional)	AA	Sem rating	Saldo contábil
Composição da carteira por classe e por categoria contábil				
Ao valor justo através do resultado				
Ativos pós-fixados				
Privados	1.587.015	–	–	1.587.015
Disponíveis para venda				
Ativos pós-fixados				
Privados	285.619	41.050	–	326.669
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa ...	–	–	4.037	4.037
Operações de crédito	–	–	77.619	77.619
Prêmios a receber de segurados ..	–	–	66.928	66.928
Ativos de resseguro	–	–	12.636	12.636

Exposição máxima ao risco de crédito

	AAA (Fitch - Escala Nacional)	AA	Sem rating	Saldo contábil
Composição da carteira por classe e por categoria contábil				
Ao valor justo através do resultado				
Ativos pós-fixados				
Privados	1.587.015	–	–	1.587.015
Disponíveis para venda				
Ativos pós-fixados				
Privados	285.619	41.050	–	326.669
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa ...	–	–	4.037	4.037
Operações de crédito	–	–	77.619	77.619
Prêmios a receber de segurados ..	–	–	66.928	66.928
Ativos de resseguro	–	–	12.636	12.636

Exposição máxima ao risco de crédito

	AAA (Fitch - Escala Nacional)	AA	Sem rating	Saldo contábil
Composição da carteira por classe e por categoria contábil				
Ao valor justo através do resultado				
Ativos pós-fixados				
Privados	1.587.015	–	–	1.587.015
Disponíveis para venda				
Ativos pós-fixados				
Privados	285.619	41.050	–	326.669
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa ...	–	–	4.037	4.037
Operações de crédito	–	–	77.619	77.619
Prêmios a receber de segurados ..	–	–	66.928	66.928
Ativos de resseguro	–	–	12.636	12.636

Exposição máxima ao risco de crédito

	AAA (Fitch - Escala Nacional)	AA	Sem rating	Saldo contábil
Composição da carteira por classe e por categoria contábil				
Ao valor justo através do resultado				
Ativos pós-fixados				
Privados	1.587.015	–	–	1.587.015
Disponíveis para venda				
Ativos pós-fixados				
Privados	285.619	41.050	–	326.669
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa ...	–	–	4.037	4.037
Operações de crédito	–	–	77.619	77.619
Prêmios a receber de segurados ..	–	–	66.928	66.928
Ativos de resseguro	–	–	12.636	12.636

Exposição máxima ao risco de crédito

	AAA (Fitch - Escala Nacional)	AA	Sem rating	Saldo contábil
Composição da carteira por classe e por categoria contábil				
Ao valor justo através do resultado				
Ativos pós-fixados				
Privados	1.587.015	–	–	1.587.015
Disponíveis para venda				
Ativos pós-fixados				
Privados	285.619	41.050	–	326.669
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa ...	–	–	4.037	4.037
Operações de crédito	–	–	77.619	77.619
Prêmios a receber de segurados ..	–	–	66.928	66.928
Ativos de resseguro	–	–	12.636	12.636

Exposição máxima ao risco de crédito

	AAA (Fitch - Escala Nacional)	AA	Sem rating	Saldo contábil
Composição da carteira por classe e por categoria contábil				
Ao valor justo através do resultado				
Ativos pós-fixados				
Privados	1.587.015	–	–	1.587.015
Disponíveis para venda				
Ativos pós-fixados				
Privados	285.619	41.050	–	326.669
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa ...	–	–	4.037	4.037
Operações de crédito	–	–	77.619	77.619
Prêmios a receber de segurados ..	–	–	66.928	66.928
Ativos de resseguro	–	–	12.636	12.636

Exposição máxima ao risco de crédito

Esta exposição é monitorada regularmente contra a previsão que foi feita para a mesma até a sua conclusão, com relação a qualquer deficiência no histórico

CONTINUAÇÃO

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

(b) Cálculo do patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido
Em 31 de dezembro de 2016, as composições do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e do Capital Mínimo Requerido - CMR podem assim ser resumidas:

	2016	2015
Patrimônio líquido contábil	552.223	444.863
Ajustes contábeis		
Despesas antecipadas	(2.405)	(3.424)
Patrimônio líquido ajustado - Subtotal	549.818	441.439
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	138.669	—
Patrimônio líquido ajustado	688.487	441.439
Capital base – CB (1)	15.000	15.000
Capital risco de subscrição	59.496	47.059
Capital risco de crédito	33.869	34.388
Capital risco de mercado	86.748	—
Capital risco operacional	3.503	2.656
Capital de risco total, considerando correlação (2)	138.695	73.474
Capital mínimo requerido [(3) = máximo (1) ou (2)]	138.695	73.474
Patrimônio líquido ajustado	688.487	441.439
(-) Exigência de capital	138.695	73.474
Suficiência de capital	549.792	367.965

(a) Composição das aplicações

	Venci-mento	Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados	%Aplicado	Taxa de juros contratada
Disponível para venda		146.910	148.444	146.910	(1.534)	6	
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2018	41.146	41.320	41.146	(174)	2	6,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2021	48.393	49.899	48.393	(1.506)	2	6,1%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debêntures	2017	19.096	19.103	19.096	(7)	1	6,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - Letra Financeira	2025	38.275	38.122	38.275	153	1	6,4%
Valor justo por meio do resultado		645.447	645.017	645.447	430	24	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life		307.140	305.327	307.140	1.813	11	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		338.307	339.690	338.307	(1.383)	13	
Mantidos até o vencimento		1.754.907	1.754.907	1.910.075	155.168	70	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life		804.348	804.348	902.446	98.098	33	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		950.559	950.559	1.007.629	57.070	37	
Total das aplicações financeiras		2.547.264	2.548.368	2.702.432	154.064	100	

	Venci-mento	Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados	%Aplicado	Taxa de juros contratada
Disponíveis para venda		326.669	332.633	326.669	(5.964)	18	
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2016	182.518	182.915	182.518	(397)	10	6,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2018	35.892	36.334	35.892	(442)	2	6,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2021	41.051	43.924	41.051	(2.873)	2	6,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debêntures	2017	17.782	17.918	17.782	(136)	1	6,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - DPGE	2016	17.910	18.094	17.910	(184)	1	7,1%
Títulos Privados - Renda Fixa - Letra Financeira	2025	31.516	33.448	31.516	(1.932)	2	6,4%
Valor justo por meio do resultado		243.562	249.316	243.562	(5.754)	14	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life		44.147	44.153	44.147	(6)	3	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		199.415	205.163	199.415	(5.748)	11	
Mantidos até o vencimento		1.343.453	1.343.453	1.221.423	(122.030)	68	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life		516.568	516.568	473.415	(43.153)	26	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		826.885	826.885	748.008	(78.877)	42	
Total das aplicações financeiras		1.913.684	1.925.402	1.791.654	(133.748)	100	

(b) Títulos disponíveis para venda

Conforme Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, a Seguradora classifica parte de suas aplicações como "títulos disponíveis para venda", conforme demonstrado na tabela acima.

O valor de mercado dos títulos privados foi definido pelas instituições financeiras responsáveis pela administração dos respectivos ativos da carteira de investimentos da seguradora para a referida data, baseada na metodologia de marcação a mercado determinada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

(c) Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento

As quotas de fundos de investimentos são apresentadas pelo valor das quotas dos fundos na data das demonstrações financeiras, como informado por seus administradores (Banco Santander S.A. e Banco Bradesco S.A.) e correspondem a aplicações em fundos exclusivos. Os fundos em sua composição, possuem títulos classificados como "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "títulos mantidos até o vencimento". O valor de mercado para os títulos públicos foi baseado no preço unitário de mercado informado pela ANBIMA na referida data.

(d) Composição da carteira dos fundos

Na data de publicação, o patrimônio líquido dos fundos de investimento de renda fixa podem assim ser resumidos:

Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life	2016	2015
Operações compromissadas (LFT-O)	156.553	44.153
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	23.417	—
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	931.525	516.568
Valores a pagar	(7)	(6)
	1.111.488	560.715

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life (Títulos públicos federais) eram os seguintes:

Títulos	Classificação	Venci-mentos	Custo	Valor de mercado
Operações	Valor justo por meio			
compromissadas (LFT-O) do resultado		2017	156.553	156.533
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Mantidos até o			
Vencimento		2031	23.417	23.143
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio			
do resultado		2019	29.760	29.878
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio			
do resultado		2021	29.263	29.864
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio			
do resultado		2022	89.758	90.852
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2040	70.887	75.616
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2045	80.065	83.081
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2050	302.229	336.003
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2055	327.750	384.603
			1.109.682	1.209.593

Títulos	Classificação	Venci-mentos	Custo	Valor de mercado
Operações	Valor justo por meio			
compromissadas (LFT-O) do resultado		2016	44.153	44.147
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2040	66.486	58.462
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2050	258.228	234.005
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2055	191.854	180.948
			560.721	517.562

Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold

	2016	2015
Títulos e valores mobiliários (LFT)	3.317	2.059
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	532.962	431.584
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	752.579	592.656
Valores a pagar	8	1
	1.288.866	1.026.300

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold (Títulos públicos federais) eram os seguintes:

Títulos	Classificação	Venci-mentos	Custo	Valor de mercado
Títulos e valores mobiliários (LFT)	Valor justo por meio			
do resultado		2020	885	885
Títulos e valores mobiliários (LFT)	Valor justo por meio			
do resultado		2022	2.440	2.440
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Valor justo por meio			
do resultado		2017	117.171	116.471
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Valor justo por meio			
do resultado		2021	65.703	65.578
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	do resultado			
Mantidos até o		2031	34.287	32.180
mobiliários (NTN-C)	Vencimento			
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio			
do resultado		2022	89.626	90.852
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio			
do resultado		2023	29.570	29.901
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2040	51.278	53.484
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2050	535.787	577.944
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2055	44.761	52.098
			1.290.241	1.345.936

A Resolução CNSP nº 343/16, em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016, passou a prever, além de ajustes contábeis, os ajustes associados à variação dos valores econômicos no cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado.

A constituição do capital de risco de mercado passou a ser exigida a partir de 31 de dezembro de 2016, no percentual de 50%, até a data 30 de dezembro de 2017. Após esta data, a constituição será de 100%, conforme §4º do artigo 50 da Resolução CNSP nº 321/15.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	55	44
Valores em trânsito	4.177	2.205
Contas bancárias	2.656	1.788
	6.888	4.037

6. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, todos os ativos financeiros da Seguradora são denominados em reais e a mesma não possui ativos classificados no Nível 3 conforme item (f) abaixo.

A Seguradora, como parte de sua estratégia de concentrar as aplicações em títulos de longa duração através dos fundos de investimento exclusivos, mantém seus títulos públicos nos fundos Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life e Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold. Parte destes títulos são classificados como mantidos até o vencimento, sendo, desde a data de aquisição, contabilizado pelo método do custo amortizado, conforme demonstrado no item (d).

	Venci-mento	Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados	%Aplicado	Taxa de juros contratada
Disponível para venda		146.910	148.444	146.910	(1.534)	6	
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2018	41.146	41.320	41.146	(174)	2	6,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2021	48.393	49.899	48.393	(1.506)	2	6,1%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debêntures	2017	19.096	19.103	19.096	(7)	1	6,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - Letra Financeira	2025	38.275	38.122	38.275	153	1	6,4%
Valor justo por meio do resultado		645.447	645.017	645.447	430	24	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life		307.140	305.327	307.140	1.813	11	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		338.307	339.690	338.307	(1.383)	13	
Mantidos até o vencimento		1.754.907	1.754.907	1.910.075	155.168	70	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life		804.348	804.348	902.446	98.098	33	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		950.559	950.559	1.007.629	57.070	37	
Total das aplicações financeiras		2.547.264	2.548.368	2.702.432	154.064	100	

	Venci-mento	Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados	%Aplicado	Taxa de juros contratada
Disponíveis para venda		326.669	332.633	326.669	(5.964)	18	
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2016	182.518	182.915	182.518	(397)	10	6,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2018	35.892	36.334	35.892	(442)	2	6,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2021	41.051	43.924	41.051	(2.873)	2	6,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debêntures	2017	17.782	17.918	17.782	(136)	1	6,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - DPGE	2016	17.910	18.094	17.910	(184)	1	7,1%
Títulos Privados - Renda Fixa - Letra Financeira	2025	31.516	33.448	31.516	(1.932)	2	6,4%
Valor justo por meio do resultado		243.562	249.316	243.562	(5.754)	14	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life		44.147	44.153	44.147	(6)	3	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		199.415	205.163	199.415	(5.748)	11	
Mantidos até o vencimento		1.343.453	1.343.453	1.221.423	(122.030)	68	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life		516.568	516.568	473.415	(43.153)	26	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		826.885	826.885	748.008	(78.877)	42	
Total das aplicações financeiras		1.913.684	1.925.402	1.791.654	(133.748)	100	

Títulos	Classificação	Venci-mentos	Custo	Valor de mercado
Títulos e valores mobiliários (LFT)	Valor justo por meio			
do resultado		2017	504	504
Títulos e valores mobiliários (LFT)	Valor justo por meio			
do resultado		2019	200	200
Títulos e valores mobiliários (LFT)	Valor justo por meio			
do resultado		2020	1.355	1.355
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Valor justo por meio			
do resultado		2017	109.225	109.121
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Valor justo por meio			
do resultado		2021	61.298	59.559
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Valor justo por meio			
do resultado		2031	32.581	28.676
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2031	234.229	223.227
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2040	48.102	41.351
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2050	502.572	444.031
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o			
Vencimento		2055	41.982	39.399
			1.032.048	947.423

Conforme determina a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, os títulos classificados na categoria "valor justo por meio do resultado" são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento dos títulos.

(e) Movimentação das aplicações financeiras

A Seguradora realizou movimentações das aplicações financeiras, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.434.754
Aplicações	887.901
Resgates	(665.915)
Rendimentos	259.867
Ajuste valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(2.923)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.913.684
Aplicações	847.052
Resgates	(502.244)
Rendimentos	284.342
Ajuste valor de mercado de títulos disponíveis para venda	4.430
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.547.264

(f) Estimativa do valor justo

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), com exceção dos títulos classificados como "mantidos até o vencimento" que são registrados contabilmente pelo método do custo amortizado. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia, mensuração a valor de mercado, que são: Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos e Nível 2 - outras informações disponíveis (exceto aquelas do Nível 1), incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para instrumentos similares, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser derivadas de informações observadas no mercado. Nível 3 - obtido por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Classificam-se como Nível 1:

• Títulos de renda fixa (públicos e operações compromissadas com lastros com títulos públicos) - calculados com base nas tabelas de preços unitários indicativos de mercado secundário da ANBIMA;

• Títulos de renda variável e ações de companhia de capital aberto cotadas em bolsa de valores ou mercado de balcão e instrumentos financeiros derivativos. Classificam-se como Nível 2:

• Certificado de depósitos bancários (CDB) e depósito a prazo garantia especial (DPGE) - são títulos privados pós-fixados em CDI, Selic ou índice de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito;

• Debêntures (privados) - calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação de mercado;

CONTINUAÇÃO

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

(**) Essa modalidade de crédito é concedida pela Prudential do Brasil aos seus Segurados, de acordo com a Circular SUSEP nº 320/06, conforme Condições Gerais ou Regulamento dos produtos Vida Inteira, Vida Inteira Modificado, Dotal Misto e Dotal Criança, limitada ao valor da provisão matemática individual de cada participante atualizado pelo IGP-M/Selic.

12. Depósitos judiciais e fiscais

	2016	2015
Sinistros.....	1.365	741
Tributos.....		
Imposto de renda (*).....	1.041	1.041
Contribuição social (*).....	77.287	58.784
FINSOCIAL.....	502	502
PIS (*).....	14.027	10.238
COFINS (*).....	21.636	4.014
Outros tributos.....	393	393
Encargos sociais.....	29	29
Trabalhistas (*).....	43.646	18.308
Cíveis e administrativos (*).....	278	583
	160.204	94.633

(b) Movimentação dos ativos

	Terrenos e edificações	Móveis utensílios equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Gastos com organização, implantação e instalação	Total
Em 31 de dezembro de 2015						
Saldo inicial.....	7.790	15.548	2.337	7.593	123	33.391
Aquisições.....	—	10.716	2.018	4.423	—	17.157
Alienações.....	—	(680)	(1.665)	—	—	(2.344)
Depreciação.....	(148)	(4.689)	314	(468)	(23)	(5.014)
Saldo contábil, líquido	7.642	20.895	3.004	11.548	100	43.189
Em 31 de dezembro de 2016						
Saldo inicial.....	7.642	20.895	3.004	11.548	100	43.189
Aquisições.....	—	9.153	807	9.151	—	19.111
Alienações.....	—	(4)	(749)	(493)	—	(1.246)
Depreciação.....	(148)	(5.880)	(362)	(4.867)	(23)	(11.280)
Saldo contábil, líquido	7.494	24.164	2.700	15.339	77	49.774

14. Obrigações a pagar

O saldo de outras obrigações é composto por:

	2016	2015
Fornecedores.....	7.627	5.091
Dividendos e provisão para participação nos lucros.....	53.422	46.678
Aluguéis a pagar.....	1.635	1.191
Obrigações a pagar - Bradesco.....	513	513
Taxa administração da carteira.....	109	155
Provisões de serviços prestados a pagar.....	2.018	3.350
Franquia a pagar.....	3.125	1.083
Outras obrigações a pagar.....	647	618
	69.096	58.679

15. Impostos e contribuições

	2016	2015
Imposto de renda.....	68.429	59.104
Contribuição social (*).....	25.416	21.784
COFINS.....	2.356	1.478
PIS.....	383	240
	96.584	82.606

(*) A diferença entre o valor de contribuição social, apurado na Nota 18, e o saldo a recolher, refere-se ao fato da Seguradora estar em disputa judicial sobre a alíquota que deve ser praticada, conforme descrito na Nota 17.

16. Depósitos de terceiros

	2016	2015
Prêmios antecipados.....	4.413	3.946
Prêmios e emolumentos recebidos.....	1.412	1.184
Outros depósitos.....	72	102
	5.897	5.232

(b) Saldo por vencimento dos prêmios antecipados

	2016	2015
A vencer.....	308	345
de 1 a 30 dias.....	3.262	2.576
de 31 a 60 dias.....	684	792
de 61 a 90 dias.....	128	163
de 91 a 180 dias.....	31	34
acima de 365 dias.....	—	46
	4.413	3.946

17. Outros débitos - provisões judiciais

Os passivos contingentes decorrentes de litígios fiscais estão amparados por provisões registradas no passivo exigível a longo prazo, atualizados pela taxa Selic. Tais provisões estão baseadas na avaliação da possibilidade de perda pelos consultores jurídicos da Seguradora, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa), para fins de sua classificação.

	2016	2015
Fiscais.....	155.655	98.586
Trabalhistas.....	66.761	36.448
Cíveis.....	274	32
	222.690	135.066

As movimentações das provisões são como seguem:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 1º de janeiro de 2016.....	98.586	36.448	32
Constituições.....	50.283	37.574	597
Pagamento.....	(2.777)	(12.635)	(366)
Atualização monetária.....	9.563	5.374	11
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	155.655	66.761	274

(a) Contingências fiscais

As principais ações fiscais referentes a obrigações legais, bem como suas descrições sumárias, podem ser assim resumidas:

	2016	2015
Lei nº 8.200.....	1.559	1.514
IRPJ.....	1.542	1.469
CSLL.....	94.492	59.443
IRRF Dotal (Nota 11 (b)).....	20.361	19.738
PIS.....	14.295	10.556
COFINS.....	23.014	5.482
FINSOCIAL.....	125	125
Outras.....	267	259
	155.655	98.586

As ações fiscais são provisionadas independente da classificação de probabilidade de perda, pois se tratam de obrigações legais.

As principais ações movidas pela Companhia são:

- Lei nº 8.200 - questionamento pelas autoridades fazendárias da dedução da diferença da correção monetária, apurada entre os índices IPC e BTNF, quando do cálculo do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ), contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e imposto sobre o lucro líquido (ILL) em 1991, que vem sendo atualizada mensalmente.
- IRPJ - questionamentos pela falta de atualização do imposto de renda retido na fonte (IRRF) e IRPJ, pagos mensalmente no exercício de 1996. Em 2011, a Seguradora provisionou o auto de infração recebido pela Secretaria da Receita Federal referente ao IRPJ de 2006.

- CSLL - questionamentos quanto:
 - ao recolhimento das alíquotas de 10% e 8%, em vez de 30% e de 18%, respectivamente (princípio de isonomia), estabelecida pela Emenda Constitucional nº 1/94 e pela Lei nº 9.316/96;
 - afastamento da majoração da alíquota da CSLL em 15% pela MP 413/08 convertida em Lei nº 11.727/08;
 - afastamento da majoração da alíquota da CSLL para 20% através da MP nº 675/15 convertida na Lei nº 13.169/15;

- ao não recolhimento referente ao ano de 1996 e posteriores, por não apresentar qualidade de "empresa não empregadora";
- PIS - questionamentos quanto:
 - a irretratividade e anterioridade da Emenda Constitucional nº 17/97 - direito de recolher esse tributo no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, nos moldes da Lei Complementar nº 07/70;
 - ao reconhecimento do direito líquido e certo da Impetrante não ser compelida ao recolhimento do PIS com base no art.3º, §1º, Lei nº 9.718/98, tendo em vista a inconstitucionalidade deste artigo;
 - a incidência PIS sobre receitas financeiras - Lei nº 12.973/14;
- COFINS - incidência COFINS sobre receitas financeiras - Lei nº 12.973/14;
- FINSOCIAL - ação movida pela Seguradora, questionando a inconstitucionalidade e ilegitimidade das majorações das alíquotas, introduzidas pelas Leis nºs 7.787/89, 7.894/89 e 8.147/90.

(b) Contingências trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2016, as contingências trabalhistas referem-se aos pedidos de vínculo empregatício e direito trabalhista, inclusive verbas rescisórias, compreendendo 196 processos judiciais (2015 - 132) com possibilidades prováveis de perda, conforme julgamento dos consultores jurídicos, no montante de R\$ 66.761 (2015 - R\$ 36.448).

As contingências cíveis referem-se a processos de pedidos de indenizações por danos morais e doenças preexistentes relacionadas a sinistro e ao processo de comercialização, compreendendo 11 processos judiciais (2015 - 5) com possibilidades prováveis de perda, conforme julgamento dos consultores jurídicos, no montante de R\$ 274 (2015 - R\$ 32). Além disso, contempla ação de cobrança do seguro DPVAT, com natureza de risco possível.

Adicionalmente, as ações trabalhistas e cíveis enquadradas como perdas possíveis e remotas, bem como a quantidade de ações existentes, podem ser assim resumidas:

As contingências citadas acima referem-se a processos de pedidos de indenizações por danos morais e doenças preexistentes relacionadas a sinistro e ao processo de comercialização, compreendendo 11 processos judiciais (2015 - 5) com possibilidades prováveis de perda, conforme julgamento dos consules jurídicos, no montante de R\$ 274 (2015 - R\$ 32). Além disso, contempla ação de cobrança do seguro DPVAT, com natureza de risco possível.

Adicionalmente, as ações trabalhistas e cíveis enquadradas como perdas possíveis e remotas, bem como a quantidade de ações existentes, podem ser

Conforme Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, não é constituída provisão para essas ações.

(i) As contingências trabalhistas classificadas como possíveis e remotas referem-se, predominantemente, a processos com demanda de vínculo empregatício de franqueados.

(ii) A contingência cível classificada como possível, anteriormente estava classificada como remota, e refere-se principalmente a 1 processo que totaliza R\$22.180 com cobrança de outras seguradoras, não havendo expectativa de perda com relação a totalidade do valor.

(*) Esses depósitos são objeto de provisão para contingências conforme descrito na Nota 17.

13. Imobilizado

(a) Saldo contábil

	Taxa anual de depreciação - %	2016	2015
Terreno.....		2.200	2.200
Imóveis - Edificações.....	2	6.664	6.664
Equipamentos.....	10	48.909	40.669
Móveis, máquinas e utensílios.....	10	9.053	8.144
Veículos.....	20	3.867	3.810
Outras imobilizações (*).....	20	23.365	14.706
		94.058	76.193
Depreciação acumulada.....		(44.284)	(33.004)
		49.774	43.189

(*) Referente a benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros.

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Imposto de renda	Contribuição social
	2016	2015
Resultado antes dos tributos e participações.....	220.589	220.092
Adições.....		
(+) Provisão trabalhista e cível.....	30.556	8.387
(+) PIS sobre receita financeira.....	3.716	2.396
(+) COFINS sobre receita financeira.....	17.532	5.482
(+) Demais provisões.....	15.275	10.333
(+) Contribuições/brindes e multas.....	2.280	1.829
(+) Atualização das contingências.....	5.963	2.839
(+) Outros.....	5.343	5.285
Exclusões.....		
(-) Participações nos lucros a pagar.....	(16.304)	(12.949)
(-) Demais provisões.....	(354)	—
(-) Outros.....	(98)	(94)
Base de cálculo.....	284.498	243.600
Alíquota (i).....	25%	25%
Imposto de renda e contribuição social.....	(71.124)	(60.900)
PAT.....	1.021	806
Lei Rouanet.....	1.674	990
Ajustes no recolhimento.....	—	(34)
IRPJ e CSLL correntes.....	(68.429)	(59.104)
Adições/exclusões temporárias.....	65.992	27.824
Base de cálculo diferido.....	65.992	27.824
Alíquota (i).....	25%	25%
Imposto de renda e contribuição social.....	16.498	6.956
Ajuste Diferido MP nº 675 - Majoração 5% CSLL.....	—	(3.561)
Outros ajustes.....	—	(89)
IRPJ e CSLL diferidos (i).....	16.498	6.922
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício.....	(51.931)	(52.182)
	(50.148)	(33.526)

19. Provisões técnicas

(a) Composição

	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de resgates a regularizar	Provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes	Provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes e não emitidos	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de excedente financeiro	Total
Vida individual, vida com cobertura por sobrevivência e pessoas Danos.....	2.384.809	1.394	18.417	32.582	50.116	5.037	829	1.000	15.095	2.509.279
	2.384.809	1.394	19.606	38.405	50.116	5.037	829	1.000	15.095	2.516.291
										2015
Vida individual, vida com cobertura por sobrevivência e pessoas Danos.....	1.795.948	1.081	17.373	21.969	32.490	3.541	583	720	14.285	1.887.990
	1.795.948	1.081	18.696	25.579	32.490	3.541	583	720	14.285	1.892.923

(b) Sinistros judiciais

As principais ações de sinistros judiciais, bem como suas descrições sumárias, podem ser assim resumidas:

	2016	2015
Sinistros judiciais.....	57	38
Quantidade total de processos acumulados.....	22.295	15.206
Valor de abertura (*).....	—	—
Probabilidade de perda (quantidade).....	5	5
Provável.....	44	27
Razavelmente possível.....	8	6
Remota.....	—	—

(*) Foi considerado como valor de abertura o valor dos pedidos, que em muitos casos pode ser líquido ou um percentual do valor da apólice, somado à devolução de prêmios ou danos morais.

(c) Movimentação das provisões técnicas

	Provisão matemática de benefícios a conceder	Demais provisões
Saldo em 1º de janeiro de 2015.....	1.366.981	64.081
Estoque.....	380.938	—
Novas entradas.....	48.029	32.894
Saldo em 31 de dezembro de 2015.....	1.795.948	96.975
Estoque.....	522.683	—
Novas entradas.....	66.178	34.507
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	2.384.809	131.482

20. Tabela de desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões referentes às coberturas de vida individual e vida com cláusula de sobrevivência, que até 2012 era contabilizada como provisão de benefícios a regularizar. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos.

	2012	2013	2014	2015	2016
Provisões para sinistros no fim do período anterior.....	1.913	4.164	6.693	6.797	21.969
Antiga Provisão de Benefícios a Regularizar = PBA.....	—	1.559	1.892	2.709	10.934
Provisão de Sinistro a Liquidar - PSL.....	—	2.605	4.801	4.088	11.035
Sinistros.....	14.165	26.361	33.513	83.052	89.193
Exercício atual.....	13.734	19.091	26.221	84.087	93.416
Exercícios anteriores.....	431	7.270	7.292	(1.035)	(4.223)
Pagamentos.....	(14.519)	(23.832)	(33.409)	(67.880)	(78.580)
Exercício atual.....	(12.509)	(14.102)	(21.635)	(62.723)	(64.032)
Exercícios anteriores.....	(2.010)	(9.730)	(11.774)	(5.157)	(14.548)
Provisões para sinistros no fim do período.....	1.559	6.693	6.797	21.969	32.582
Exercício atual.....	1.479	4.989	4.580	21.364	29.384
Exercícios anteriores.....	80	1.704	2.217	605	3.198
Resseguro.....	—	(1.448)	(1.665)	(5.001)	(5.465)
Provisões líquidas de resseguro.....	1.559	5.245	5.132	16.968	27.117

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 767 ações nominativas, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2016, parte do lucro do exercício foi destinado para aumento de capital, em cumprimento ao disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, que determina que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Desta forma, foi registrado o montante de R\$ 35.068 a título de aumento de capital em aprovação, ad referendum da Assembleia Geral de Acionistas.

(b) Reserva de capital

(i) Doações e subvenções

Representada por subvenções de incentivos fiscais anteriores à Lei nº 11.638/07.

(c) Ajustes com títulos e valores mobiliários

Referem-se à avaliação, líquida dos efeitos tributários, dos títulos classificados como "disponíveis para venda" - Nota 2.3, ajustada ao valor de mercado, em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.



Prudential

A Seguradora realizou pagamentos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 33.971 e R\$ 9.691, respectivamente.

(i) A Medida Provisória nº 675 de 21 de maio de 2015 ("MP"), convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota de contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas para 20% (vinte por cento), no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019, para as Companhias de seguros privados.

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2016	2015
(1) Créditos tributários imposto de renda - Prejuízos fiscais.....	—	—
(2) Créditos tributários imposto de renda sobre diferenças temporárias (i).....	38.132	21.634
Provisões para obrigações legais, para perdas e ações fiscais.....	13.035	6.193
Provisões para contingências cíveis e trabalhistas.....	16.759	9.120
Provisão - outras.....	4.635	2.710
Benefícios a empregados.....	3.703	3.611
(3) = (1) + (2) Total dos créditos tributários - Imposto de renda (Nota 10(b)).....	38.132	21.634
(4) Créditos tributários contribuição social - Bases negativas.....	—	—
(5) Créditos tributários contribuição social sobre diferenças temporárias (i).....	23.581	17.216
Provisões para obrigações legais, para perdas e ações fiscais.....	7.808	4.898
Provisões para contingências cíveis e trabalhistas.....	10.055	7.296
Provisão - outras.....	2.756	2.133
Benefícios a empregados.....	2.962	2.889
(6) = (4) + (5) Total dos créditos tributários - Contribuição social (Nota 10 (b)).....	23.581	17.216
(7) = (3) + (6) Total dos créditos tributários.....	61.713	38.850

(i) Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor. A administração, com base no estudo de projeções futuras de resultados tributários e, entre outros fatores, estima a capacidade de realização dos créditos tributários constituídos principalmente sobre:

(a) Provisão para obrigações legais: efetuada sobre processos que envolvem, principalmente, questões tributárias, cuja estimativa de realização depende do desfecho da ação.

CONTINUAÇÃO

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40



22. Ramos de atuação da Seguradora

Os principais ramos de atuação da Seguradora, prêmios ganhos, sinistros retidos, despesas com benefícios e resgates, índices de sinistralidade, custos de aquisição e índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	2016		2016		2016
Ramos	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistra- lidade	Custos de aquisição	Comissio- namento
Vida	564.428	88.010	16%	229.458	41%
Demais (*)...	2.780	-	-	-	-
	564.428	90.789		229.458	
Ramos	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistra- lidade	Custos de aquisição	Comissio- namento
Vida	450.320	84.459	19%	133.260	30%
Demais (*)...	331	-	-	-	-
	450.320	84.790		133.260	

(*) Cosseguro e resseguro.

23. Detalhamento de contas das demonstrações do resultado

	2016	2015
(a) Sinistros ocorridos		
Sinistros diretos	(90.221)	(79.178)
Variação da provisão de sinistros/eventos ocorridos mas não avisados	(568)	(5.612)
	(90.789)	(84.790)

	2016	2015
(b) Custos de aquisição		
Comissões sobre prêmios emitidos	(329.960)	(216.004)
Variação das despesas de comercialização diferidas	100.502	82.744
	(229.458)	(133.260)

	2016	2015
(c) Outras receitas e despesas operacionais		
Receitas com participações em lucros	2.339	-
Recuperação de custos com emissão de apólice	620	553
Taxa de franquia	10.658	-
Despesas médicas com avaliação de riscos	(9.559)	(9.117)
Despesas com cobrança	(9)	(8)
Provisão para riscos de créditos duvidosos - provisão sobre prêmios emitidos	(160)	(140)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.143)	(98)
	1.745	(8.810)

	2016	2015
(d) Resultado com resseguro		
Recuperação de sinistros	18.866	15.978
Despesa com resseguro		
Prêmio de resseguro cedido - repasse	(34.563)	(24.229)
	(15.697)	(8.251)

	2016	2015
(e) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(105.265)	(78.978)
Serviços de terceiros	(80.025)	(73.523)
Localização e funcionamento	(68.512)	(58.988)
Publicidade e propaganda	(35.844)	(46.556)
Provisões judiciais	(33.795)	(13.327)
Depreciação	(11.719)	(6.149)
Publicações	(242)	(333)
Donativos e contribuições	(711)	(753)
Outras despesas gerais e administrativas	(2.143)	(1.205)
	(340.401)	(279.812)

	2016	2015
(f) Despesas com tributos		
COFINS	(35.059)	(29.094)
PIS	(5.799)	(4.728)
Fiscalização - SUSEP	(3.235)	(2.560)
Outras despesas com tributos	(4.368)	(8.849)
	(48.461)	(45.231)

	2016	2015
(g) Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Rendimentos de títulos de renda fixa - privados	30.512	58.055
Rendimentos de títulos de renda fixa - públicos	253.830	201.812
Receitas com operações de seguros e resseguros	104.145	78.208
Outras receitas financeiras	10.241	5.302
	398.728	343.377

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Presidente: James Wayne Weakley Vice-Presidente: William Alan Yates Conselheiro: Fabio Lins de Castro	DIRETORIA: Diretor-Presidente: Fabio Lins de Castro Diretores Vice-Presidentes: Antônio Paulo Teixeira Leão Carlos Augusto de Moraes Lamego Júnior Marcelo Mancini Peixoto Luiz Fernando Nascimento Bertoncello Patrícia Andrea Freitas Velloso dos Santos	Contadora: Luciana de Fátima Silva Pinto CRC-RJ 087987/O-4 Atuária: Thereza Christina Moreno de Oliveira MIBA nº 780
--	---	---

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria reuniu-se no dia 16 de fevereiro de 2017. Nesta sessão dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:

- a) Durante o segundo semestre de 2016, o Comitê reuniu-se com os principais executivos da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. (doravante "POB"), a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das operações.
- b) Os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela auditoria externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas significativas.
- c) Foi realizado o acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, notadamente, mediante reuniões com os administradores, auditores externos para discussão das informações trimestrais e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
- d) O Comitê tomou conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos de auditoria interna, bem como realizou o acompanhamento das providências adotadas pela Administração. O planejamento

RELATÓRIO DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se

estratégico e tático da Auditoria Interna e a dos aspectos relativos à estrutura, recursos, desenvolvimento profissional, responsabilidades, independência, objetividade, execução e conclusão dos trabalhos também foram analisados pelo Comitê de Auditoria.

e) O Comitê não identificou qualquer recomendação a ser comunicada à Presidência.

O Comitê de Auditoria, portanto, tendo revisado os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e balanços individuais e consolidados, as notas explicativas, os relatórios da administração e relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, verificou que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação em vigor e às normas e instruções dos órgãos de controle e fiscalização.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

Lucio Antonio Marques

Mauro Pagliaro Gonçalves

Augusto Leopoldo Dias Carneiro

causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. em 31 de dezembro de 2016, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2017.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Rua do Russel 804 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil 22210-907
CNPJ 02.646.397/0004-61
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privada - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

MISSÃO: COM ATENÇÃO E CARINHO, OFERECER SEGURANÇA FINANCEIRA E TRANQUILIDADE PARA QUEM VOCÊ MAIS AMA.